



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Rua 20 de Março, 99 - CEP: 98.330-000 - Fone: (55) 3616-9200 - 9101
CNPJ: 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA

DECRETO EXECUTIVO N.º 34/2020, 08 SETEMBRO DE 2020.

Regulamenta os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos pelo Município de Sagrada Família, para a execução das ações emergenciais destinadas ao setor cultural previstas na Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, e dá outras providências.

Marcos do Nascimento Santos, Prefeito Municipal de Sagrada Família, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

considerando a necessidade de adotar-se no âmbito do município de Sagrada Família os procedimentos para o recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de projetos culturais financiados pela Lei de auxílio emergencial à cultura N° 14.017/20, a denominada Lei Aldir Blanc;

considerando a aprovação do texto base deste Decreto pelo Conselho Municipal de Cultura, devidamente registrada em ata,

DECRETA

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º - Este Decreto regulamenta os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos para a execução das ações emergenciais destinadas ao setor cultural, de competência do Município, conforme inciso III do art. 2º da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, em observância ao disposto no § 4º do art. 2º do Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º - Fica instituído o comitê municipal de implementação das ações emergenciais destinadas ao setor cultural, composto pelos seguintes membros:^[1]

- I** – um membro representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II** – dois membros representantes da Secretaria Municipal da Fazenda;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Rua 20 de Março, 99 - CEP: 98.330-000 - Fone: (55) 3616-9200 - 9101

CNPJ: 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

III - um membro da sociedade civil

IV - um membro representante da Secretaria da Administração

§ 1º - Caberá aos titulares das áreas indicadas neste artigo a indicação de um servidor titular e de um servidor suplente para a sua representação, devendo fazê-lo diretamente ao Prefeito Municipal, que os designará por portaria.

§ 2º - Compete ao comitê municipal, deliberar sobre as ações, em especial a definição de metas e estratégias que fundamentam o Plano de Ação das ações emergenciais ao setor cultural.

§ 3º Compreendese como trabalhador e trabalhadora da cultura as pessoas que participam da cadeia produtiva dos segmentos artísticos e culturais descritos na Lei no 14.017/20, mais precisamente em seu Art. 8º, incisos I ao XXV e parágrafo único, incluídos artistas, contador es de histórias, produtores, técnicos, curadores, oficineiros e professores de escolas de arte e capoeira.

Art. 3º - Compete ao Comitê Municipal a implementação das ações emergenciais destinadas ao setor cultural instituídas pela Lei Federal nº 14.017/2020:

I - deliberar sobre as diretrizes de aplicação dos recursos financeiros federais, especialmente considerando a vocação cultural local e os atores de produção de cultura presentes do Município;

II - estabelecer as metas a serem alcançadas e as respectivas ações a serem desenvolvidas para tanto, no âmbito de cada ação emergencial ao setor cultural de competência do Município;

III - providenciar o cadastramento na Plataforma +Brasil, inclusive com o preenchimento do Plano de Ação, bem como gerenciamento das ações necessárias para aplicação dos recursos, gerenciamento da conta bancária, eventuais reversões;

IV - definir, em conjunto com o Estado, o âmbito em que cada ação emergencial relativa ao inciso III do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020 será realizada, envidando esforços conjuntos para evitar que os recursos aplicados se concentrem nos mesmos beneficiários, na mesma região geográfica ou em um número restrito de trabalhadores da cultura ou de instituições culturais;

V - providenciar a ampla publicidade das iniciativas apoiadas pelos recursos federais destinados às ações emergenciais ao setor cultural, inclusive por meio do sítio oficial do Município na internet, envidando especiais esforços para que as ações relativas ao inciso III do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, sejam transmitidas pela internet e disponibilizadas por meio das redes sociais e outras plataformas digitais;

VI - realizar a avaliação de resultados das ações emergenciais, por meio de análise objetiva e sistemática do seu desenvolvimento junto aos beneficiários, julgando o mérito da execução considerando a relevância, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade dos resultados;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Rua 20 de Março, 99 - CEP: 98.330-000 - Fone: (55) 3616-9200 - 9101
CNPJ: 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

VII – elaborar o relatório de gestão final a que se refere o Anexo I do Decreto Federal nº 10.464/2020, preenchendo-o na Plataforma +Brasil e publicando-o no sítio eletrônico do Município;

VIII – realizar busca ativa dos trabalhadores da cultura que possam ser beneficiários da renda emergencial mensal de que trata o inciso I do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, esclarecendo acerca do direito e dos respectivos critérios de elegibilidade, orientando-os quanto ao cadastramento junto à Secretaria Estadual de Cultura do Estado;

IX – outras, que vierem a ser determinadas pelo Prefeito Municipal, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.017/2020 e Decreto Federal nº 10.464/2020.

Art. 4º - O comitê municipal de implementação das ações emergenciais destinadas ao setor cultural realizará as reuniões necessárias para estabelecer as condições técnicas de execução das suas competências, preferencialmente de forma virtual, registrando, em ata, as deliberações.

Parágrafo único. Quando for necessária a realização de reunião presencial, deverão ser adotadas todas as medidas sanitárias permanentes e segmentadas, para segurança sanitária individual e coletivas, nos termos dos protocolos do Distanciamento Social Controlado instituído pelo Decreto Estadual nº 55.240, de 10 de maio de 2020, e alterações posteriores.

Art. 5º - Todos os órgãos da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal prestarão, quando necessário, apoio ao comitê municipal de implementação das ações emergenciais destinadas ao setor cultural, providenciando os meios administrativos e operacionais necessários para a execução das ações, transferência dos recursos, publicações legais e articulação com o Estado do Rio Grande do Sul e a sociedade civil.

Art. 6º A Secretaria Municipal da Educação (SME) disponibilizará através desta Lei o valor repassado pelo rateio entre União, Estados e Municípios, dentro das normas e prazos previstos na Lei nº 14.017/2020 para ações emergenciais de apoio ao setor cultural.

CAPÍTULO II

Do Fundo Municipal de Cultura

Art. 7º Os recursos provenientes da Lei Aldir Blanc, Lei nº 14.017/2020 serão depositados em conta específica e serão geridos pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo

Único: Os recursos somente serão repassados aos trabalhadores da cultura, após o cumprimento dos prazos, normas e aprovação dos projetos apresentados, e que atendam ao disposto na Lei nº 14.017/2020, no presente Decreto, e demais regulamentos aplicáveis.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

ao disposto na Lei nº 14.017/2020, no presente Decreto, e demais regulamentos aplicáveis.
Rua 20 de Março, 99 - CEP: 98.330-000 - Fone: (55) 3616-9200 - 9101
CNPJ: 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

CAPÍTULO III

Do Incentivo a Projetos Culturais

Art. 8º - O estado entregará em parcela única para o Fundo de Cultura do Município de Sagrada família um valor aproximado de R\$: 38,482.41(trinta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e um centavos), para aplicação pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em ações emergenciais que representem em apoio ao setor cultural consoante o disposto no Art. 2º, Inciso III da Lei Aldir Blanc, ressaltando:

a) Fica destinados, nos termos da Lei no 14.017 - Lei Aldir Blanc, Art. 2º Inciso III o montante de 100% para a premiação de projetos vinculados ao setor cultural e outros instrumentos

destinados a manutenção de agentes, espaços de iniciativas de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividade de economia criativa de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

b) O valor de cada incentivo será definido de acordo com o projeto apresentado, ficando a critério da Comitê Municipal de implementação das ações emergenciais a seleção dos projetos premiados, considerando a relevância, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade dos resultados;

§ 1º - Farão jus ao benefício referido nas alíneas "a" e "b" do Art. 4 desta lei, os trabalhadores da cultura, espaços culturais e artísticos conforme estabelece a Lei no 14.017/2020, mais precisamente em seu Art. 7º, § 1º, Incisos I ao VIII.

CAPÍTULO IV

Da análise das Propostas Culturais e Divulgação de Resultados

Art. 9º- As propostas serão analisadas pelo comitê municipal de implementação das ações emergenciais, criado neste decreto e deverão ser entregues a Secretaria Municipal de Educação até o dia 09 de Outubro de 2020.

I Exame preliminar de admissibilidade da proposta a ser conferido pelo Comitê, e não tendo o trabalhador da cultura recebido um parecer favorável nesse sentido, terá o prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da decisão de não admissibilidade, para recorrer, re apresentando o projeto com a adequações necessárias e solicitando nova apreciação.

II - O Comitê Municipal de implementação das ações emergenciais, terá um prazo de 3 dias úteis, contados a partir do recebimento da nova proposta para dar um parecer final.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Rua 20 de Março, 99 - CEP: 98.330-000 - Fone: (55) 3616-9200 - 9101
CNPJ: 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

III

A contagem do prazo mencionado no inciso anterior, exclui os dias em que a proposta se encontra em diligência.

Parágrafo Único: A ausência da manifestação no prazo estabelecido no inciso II deste artigo, ensejará na concordância tácita com prosseguimento da proposta, considerando-se assim superado o exame de admissibilidade.

Art. 10º - A avaliação dos projetos se dará através de conteúdo de cada projeto, de seu referido orçamento e será considerada a relevância, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade dos resultados;

I - O julgamento das fases de habilitação e classificação ficará a cargo do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 11º - Os resultados serão divulgados após o prazo de até 45 (quarenta e cinco) contados da publicação do presente Decreto nos meios de comunicação vigentes, especialmente no site do município de Sagrada Família (página da prefeitura) ficando a cargo de cada participante informar-se sobre.

CAPÍTULO V

Da Premiação dos projetos

Art. 12º - Os projetos aprovados serão contemplados por premiação, sendo que cada proponente poderá apresentar apenas um projeto.

I - Conforme Art. 2º, Inciso III da Lei nº 14.017/2020 o valor de cada incentivo será definido de acordo com o projeto apresentado, ficando a critério do Comitê Municipal de implementação das ações emergenciais a seleção dos projetos premiados e definição de seus respectivos valores, considerando a relevância, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade dos resultados;

II - O Comitê Municipal após o prazo de encerramento das inscrições dos projetos, poderá editar uma emenda regulamentando os valores e o número de projetos aprovados, garantindo desta forma a ampla publicidade de suas ações e a utilização total dos recursos recebidos através da Lei de Incentivo Cultural 14.017/2020.

CAPÍTULO VI

Da Contrapartida

Art. 13º - Ficam os projetos aprovados comprometidos a realizar a contrapartida conforme o Art. 9º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Rua 20 de Março, 99 - CEP: 98.330-000 - Fone: (55) 3616-9200 - 9101

CNPJ: 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

CAPÍTULO VII

Disposições Finais e Transitórias

Art. 14º As áreas técnicas da Administração Municipal poderão solicitar documentos ou informações complementares, devendo para tanto comunicar o proponente, informando o prazo de 10 (dez) dias para resposta.

Art. 15º O prazo previsto no Art. 11º poderá ser prorrogado pela área técnica uma única vez por igual período ao fim da vigência do prazo, desde que motivado e justificado pelo proponente.

Art. 16º - Todos os limites percentuais dispostos neste decreto não poderão ser alterados após a adequação do projeto à realidade de execução.

Art. 17º Os documentos eletrônicos produzidos e gerados pela SME (Secretaria Municipal de Educação) terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, alterando-

se que são de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

Art. 18º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO DE SAGRADA

FAMÍLIA(RS), EM 08 DE SETEMBRO DE 2020.

Marcos do Nascimento Santos,

Prefeito Municipal de Sagrada Família

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE



Prefeitura Municipal de
SAGRADA FAMÍLIA
Juntem os sonhos mais